



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Trindade do Sul/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

C837t Costa, Nilson Luiz Costa *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Trindade do Sul-RS / Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Saionara da Silva, Nelson Guilherme Machado Pinto. - Sarandi/RS, 2021.

43 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Costa, Nilson Luiz. II. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III. Nunes de Oliveira, Gabriel. IV. Giotto, Enio. V. Saionara da Silva. VI. Pinto, Nelson Guilherme Machado.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro

CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Luciano Schuch (Reitor)
Marta Bhorer Adaime (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Nilson Luiz Costa (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Tiago Zardin Patias (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	9
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	13
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	26
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	26
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	27
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	28
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	29
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	31
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Trindade do Sul/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Trindade do Sul/RS (2020), o município está situado na região do Alto Uruguai e na Mesorregião geográfica Noroeste Rio-grandense, distante 384 Km da capital do estado, Porto Alegre. Possui limites com os municípios de Três Palmeiras ao Sul, Gramado dos Loureiros e Nonoai ao Norte, Entre Rios do Sul a Leste e Liberato Salzano ao Oeste.

O município foi criado pela Lei nº 8.487, de 15 de dezembro de 1987, com 268,42 Km quadrados. Possui clima subtropical e está a uma altitude média de 675 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27º 21' 31" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 52º 45' 50" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu com a chegada de migrantes no ano de 1833, momento no qual a área do município estava integrada ao território de Cruz Alta. Em 1858 a localidade passou a integrar o território de Passo Fundo. A região onde se encontra o município era conhecida como Serra do Lobo (Prefeitura Municipal de Trindade do Sul/RS, 2020).

O primeiro morador de destaque da comunidade foi João Trindade, que junto a sua família ficou conhecido na região. Após sua chegada, a comunidade local, antes denominada Serra do Lobo, passou a ser conhecida como Trindade da Serra do Lobo. Em 1939 o município passou a integrar Sarandi e, finalmente Nonoai em 1959 do qual se emancipou, processo que começou em 1985 e finalizou em 1987 (Prefeitura Municipal de Trindade do Sul/RS, 2020).

No ano de 2020, o IBGE (2020) estimou que uma população residente de 5.791 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 5.787 habitantes. Conforme é possível observar na Tabela 1, a população de Três Palmeiras/RS está dividida praticamente pela metade entre zona urbana e zona rural. Quanto a população residente na zona rural, tem-se praticamente uma igualdade entre homens e mulheres, com uma população masculina de 52% e uma feminina de 48%.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
Urbano	1.382	48%	1.518	52%	2.900	50%
Rural	1502	52%	1385	48%	2.887	50%
Total	2.884	100%	2.903	100%	5.787	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

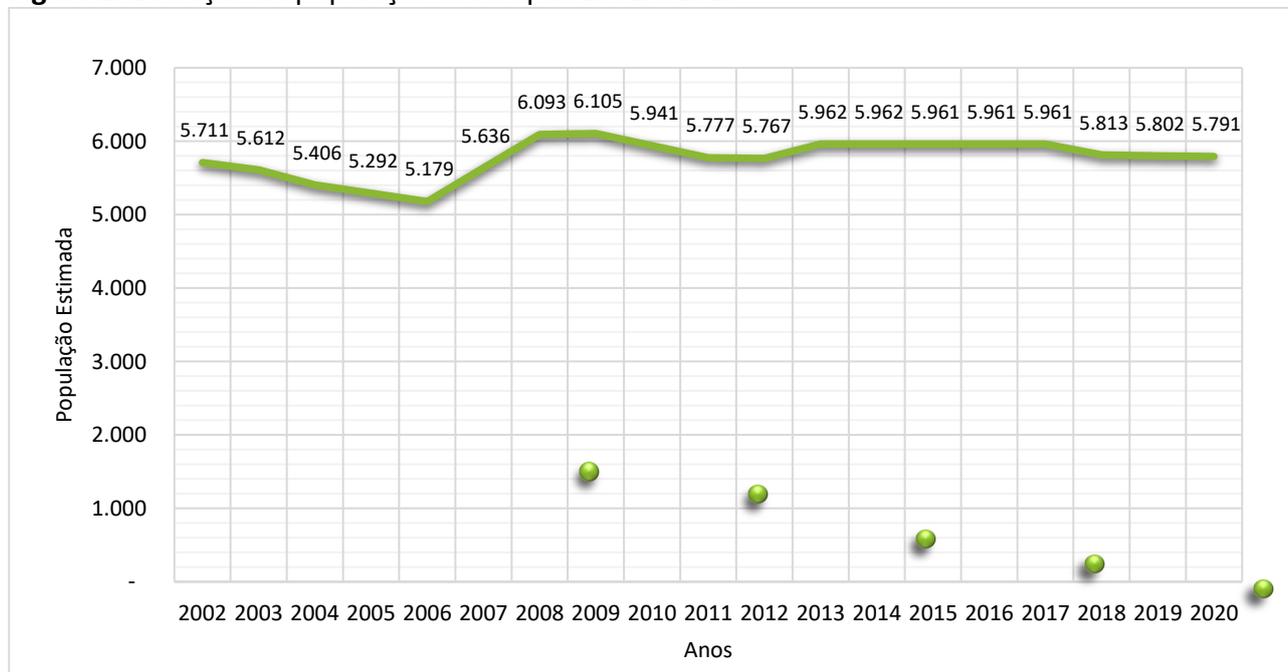
Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 23% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2. Observa-se, ainda, que mais de 61% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	684	24%	652	22%	1.336	23%
15-29 anos	610	21%	620	21%	1.230	21%
30-59 anos	1170	41%	1161	40%	2.331	40%
60 ou mais	420	15%	470	16%	890	15%
Totais	2.884	100%	2.903	100%	5.787	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

A partir da Figura 2, nota-se que a população chegou a ser estimada em 6.105 habitantes em 2009 e 5.179 em 2006. Apesar disso, nota-se certa estabilidade da população nos últimos anos analisados.

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre os anos de 2002 e 2012, o PIB Real do município de Trindade do Sul apresentou tendência de elevação. A partir de então, até o ano de 2018, as taxas de crescimento foram inferiores (Figura 3).

O menor valor encontrado no período ocorreu no ano de 2005 (R\$ 72 milhões) e o maior em 2018 (R\$ 188 milhões). De 2013 a 2018, o PIB encontra-se em patamares mais elevados se comparado ao período de 2002 a 2012.

Entre os setores que mais geram riquezas no município no ano de 2018 (dado mais recente disponível no momento), destacam-se: agropecuária (VAB equivalente a R\$ 57,125 milhões); comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 56,849 milhões); administração pública (VAB equivalente a R\$ 33,75 milhões) e indústria (VAB equivalente a R\$ 27,68 milhões). O Valor Agregado Bruto do setor agropecuário foi superior em todos os anos analisados, com exceção dos

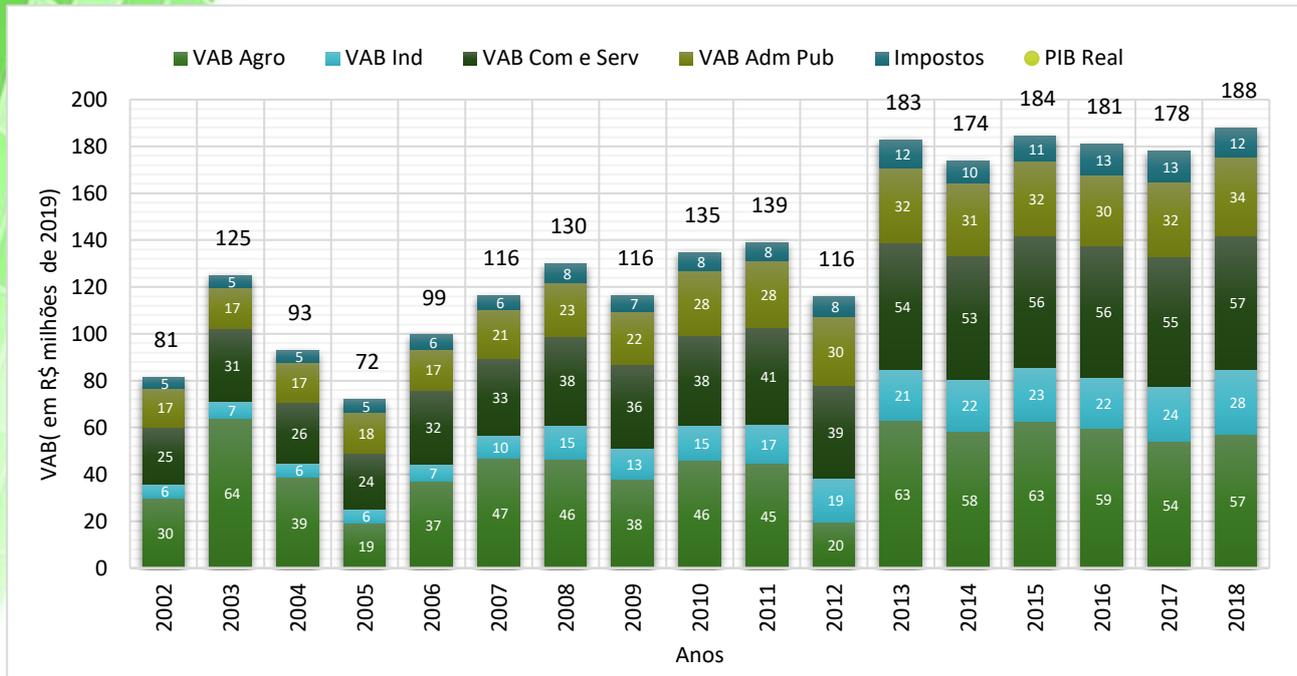
¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é o total dos Valores Agregados Brutos (VABs) dos setores primário, secundário e terciário mais os impostos. Esta é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

anos de 2005, 2012 e 2017 que tiveram o setor de comércio e serviços como principal fonte de riquezas do município, conforme é possível observar na Figura 3.

Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real no município: 2002 a 2018

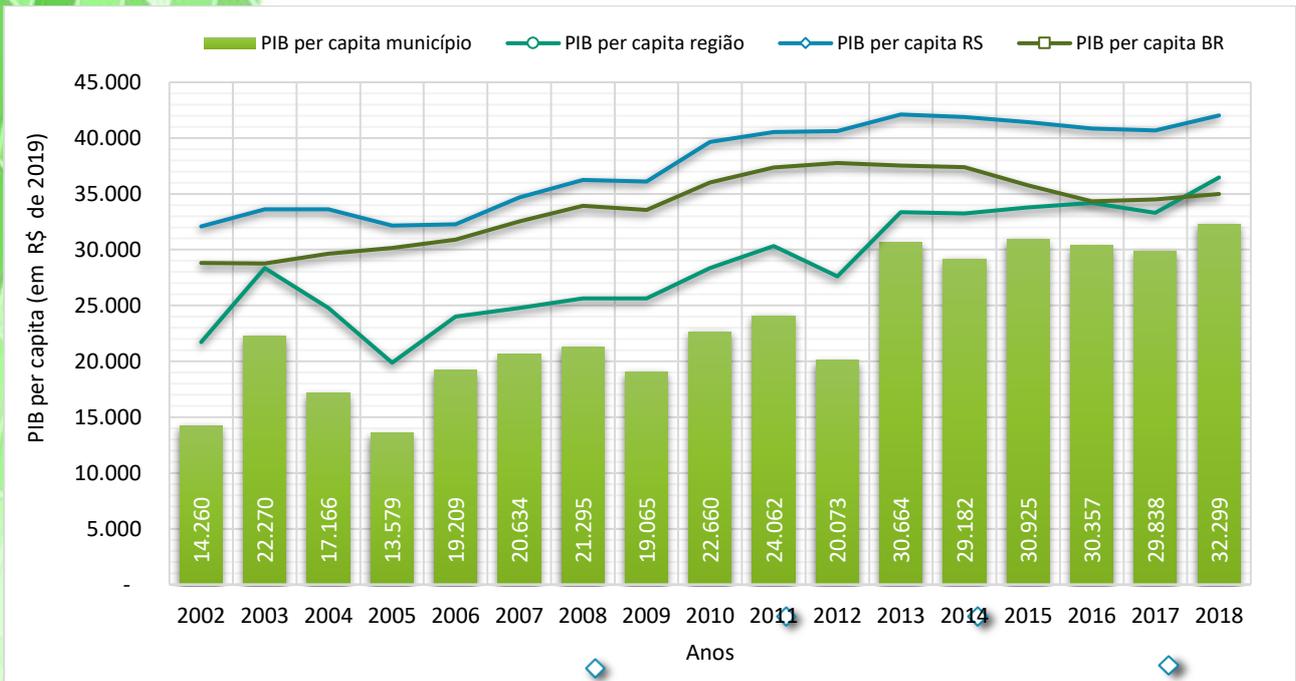


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Na Figura 4 é possível identificar a evolução do PIB Real *per capita* do município, da região de análise e do estado do Rio Grande do Sul. Considerando o início do período analisado até o ano de 2018, o PIB real *per capita* evoluiu de R\$ 14,26 mil para R\$ 32,3 mil.

Em Trindade do Sul, a renda média por cidadão, no ano de 2018, dada pela divisão PIB Real/População Residente, foi 11% inferior à média regional (R\$ 36,47 mil) e 23% inferior à média estadual (R\$ 42,03 mil).

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 89,05% das empresas e organizações do município em 2017.

No período de 2002 a 2017, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 90,47% do total de empresas e organizações cadastradas no município. Em 2018, cerca de 20 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, conforme é possível observar na Figura 5.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Apresenta-se na Figura 6 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

O segmento que agrega o comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (83 em 2018, equivalente a 39,52% do total). Este segmento já chegou a contar com 104 empresas e organizações em 2009, mas atualmente conta com cerca de 83.

O setor de transporte armazenagem e correio é o segundo maior, com 25 empresas e organizações em 2018, seguido pelos segmentos “indústria de transformação” “atividades profissionais, científicas e técnicas” e “outras atividades de serviços” também mostram-se relevantes para a economia local.

Por fim, observa-se que, ao longo do período de 2006 a 2018, houve uma expansão de 42,8% no número de empresas e organizações, sendo observado o maior número nos anos de 2011 e 2012 (211 empresas).

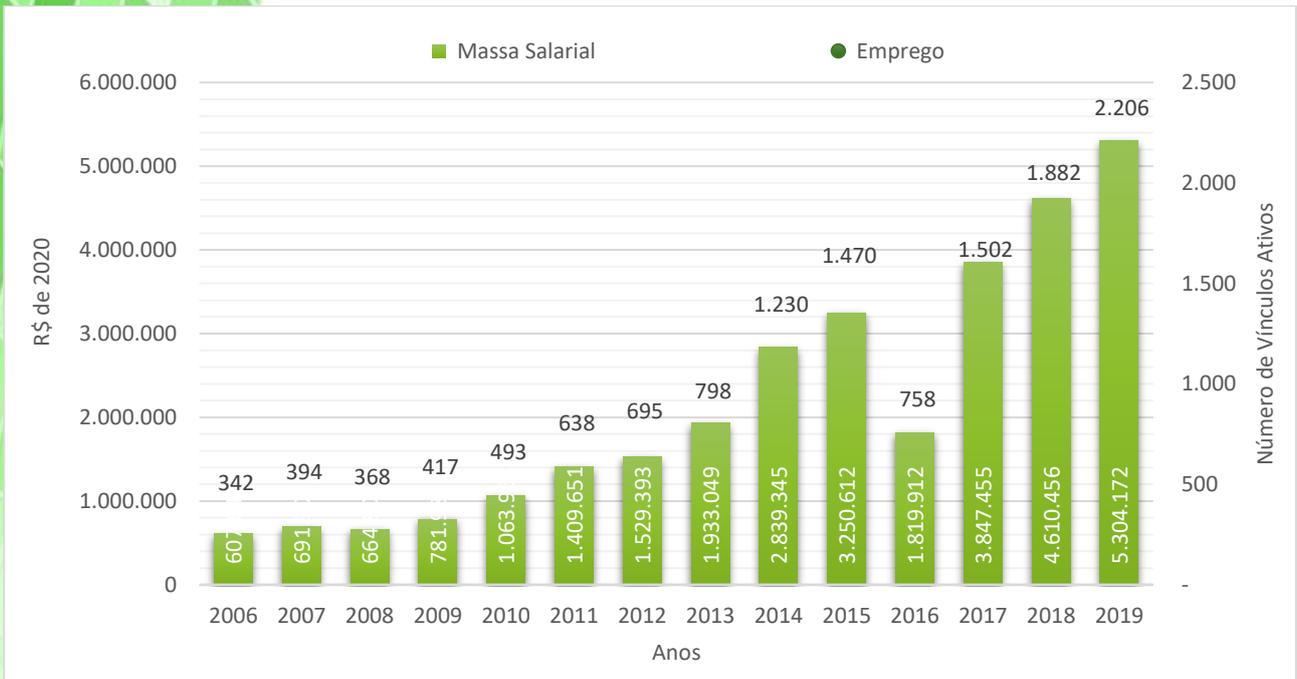
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Destaca-se o aumento consistente no número de empregos formais, que cresceu 7,3 vezes entre 2006 e 2019. Neste período, apenas no ano de 2016 foi perceptível uma forte retração, que foi recuperada com o crescimento dos anos seguintes.

A partir da Figura 7, observa-se que o número de empregos e a massa salarial cresceu, em termos reais, município, partindo de 342 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 607,64 mil/mês em 2006 para 1.882 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 5,3 milhões/mês em 2019. A trajetória foi crescente durante o período com exceção do ano de 2016.

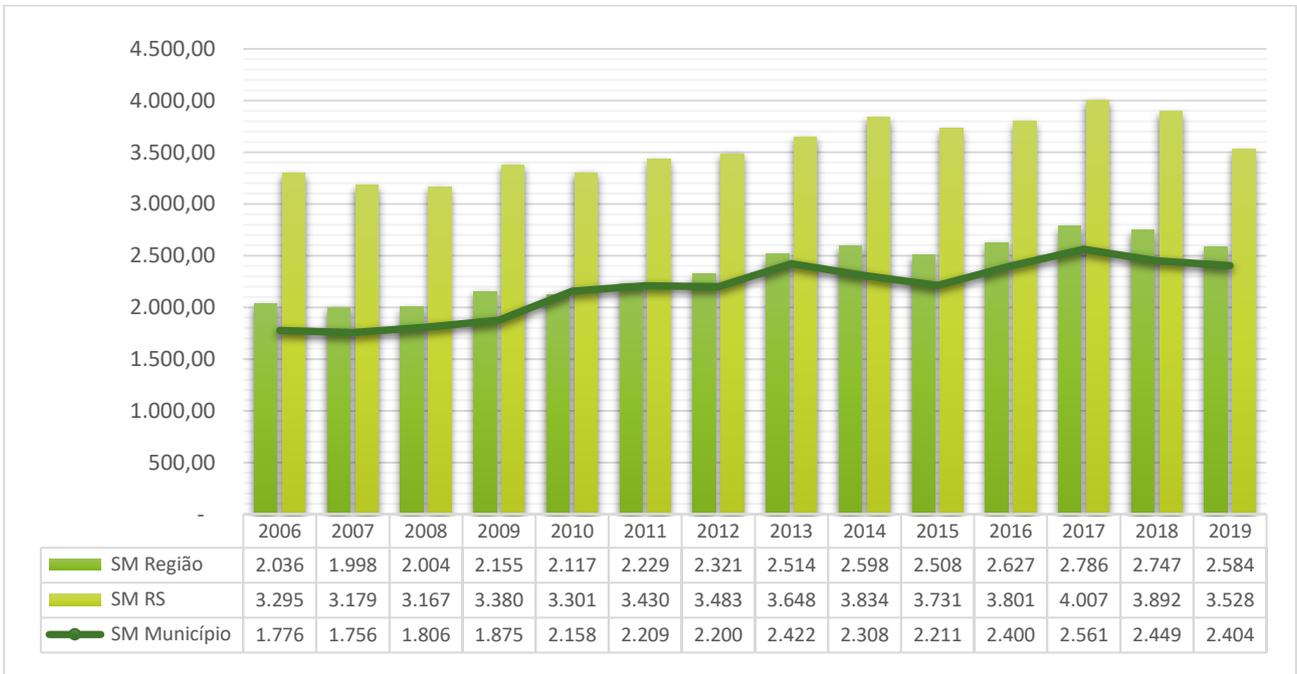
Figura 7. Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Demonstra-se por meio da Figura 8 a remuneração média desses trabalhadores.

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2018

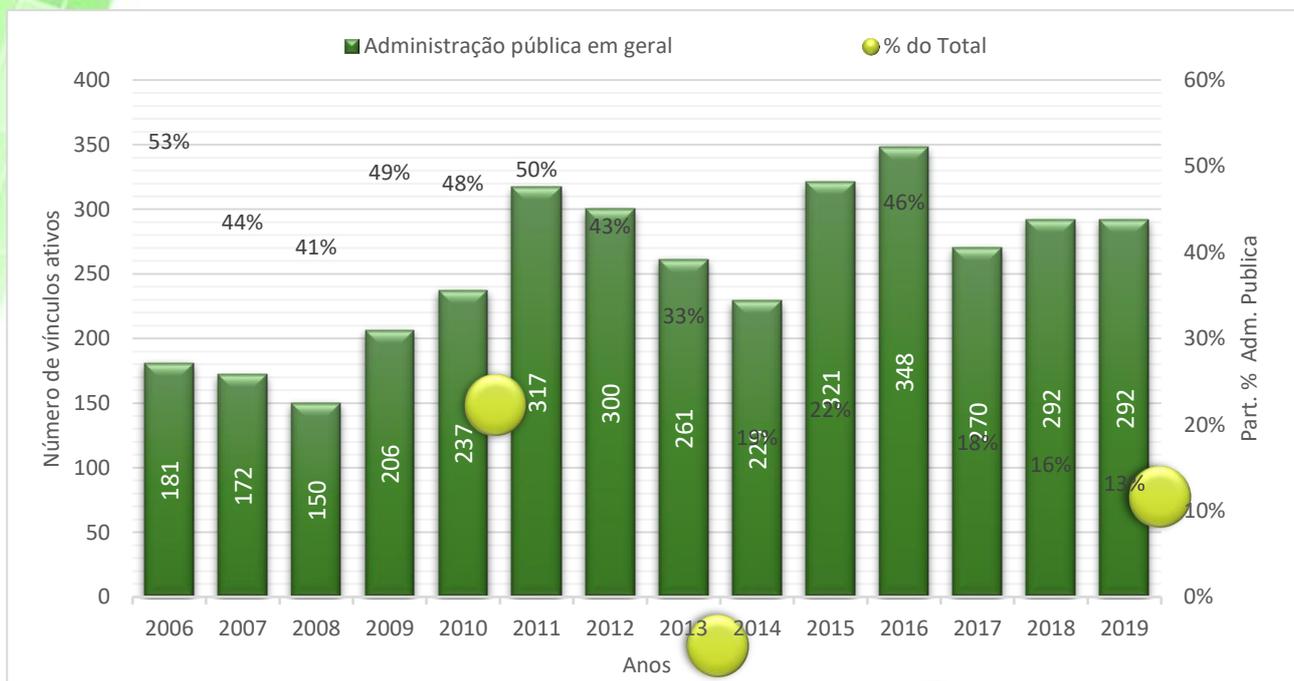


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Entre os anos de 2006 e 2009 o salário médio apresentou real, passando de R\$ 1.776,73 para R\$ 2.404,43. No entanto, apesar da elevação, situa-se abaixo da média do salário verificado na região e no estado, que são, respectivamente, R\$ 2.584,99 e R\$ 3.528,35.

Na Figura 9 é possível identificar que a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município reduziu no período de análise, passando de 53% em 2006 para 13% em 2019.

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2018



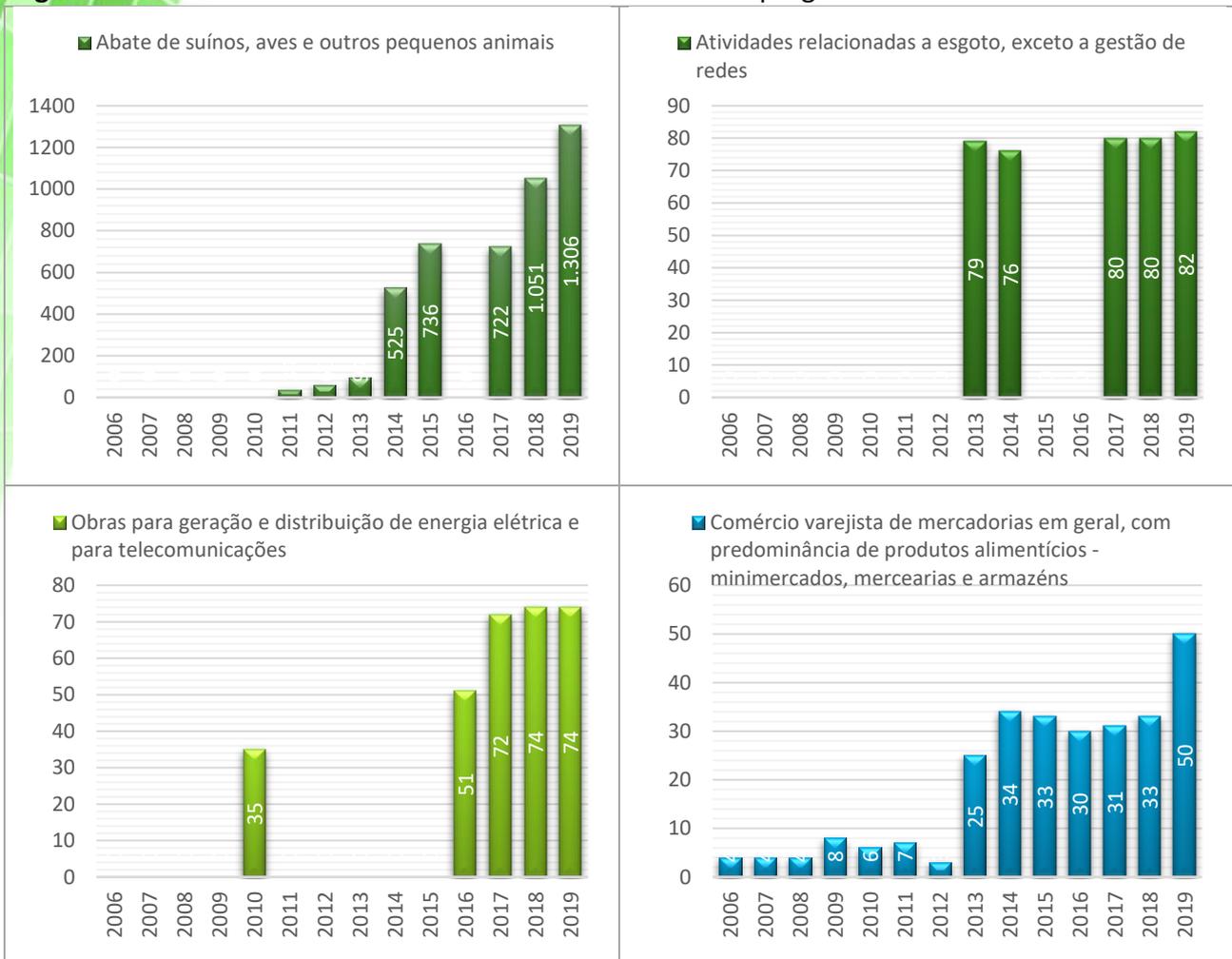
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 31% no período, iniciando em 2006 com 181 postos de trabalho e passando para 292 postos em 2019. Por outro lado, os empregos no setor privado passaram de 161 para 1914 no mesmo período, o que denota um crescimento de 11,88 vezes.

A Figura 10 permite concluir que o segmento de “abate de suínos, aves e outros pequenos animais” é o principal responsável por este crescimento, uma vez que respondeu por 1306 empregos em 2019. Também relevante, mas proporcionalmente inferior, destacam-se as seguintes atividades: atividades relacionadas a esgoto exceto redes (82 empregos em 2019); obras

para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (74 empregos em 2019) e comércio varejista de mercadorias em geral (50 empregos em 2019). Destaca-se, também, que entre os anos de 2018 e 2019 o setor de montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas passou a empregar, respectivamente, 36 e 40 funcionários.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 74,02% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 33,49% da área. Observa-se ainda que 15,02% dos estabelecimentos possuem área

que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 16,26% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 94,59% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 60,71% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	547	6.052,25	74,02	33,49
1-2	111	2.938,44	15,02	16,26
2-3	41	1.981,34	5,55	10,96
3-4	12	856,99	1,62	4,74
4-5	8	701,44	1,08	3,88
5-6	7	768,40	0,95	4,25
6-7	3	386,67	0,41	2,14
7-8	1	158,75	0,14	0,88
8-9	1	172,56	0,14	0,95
9-10	2	373,57	0,27	2,07
>11	6	3.681,44	0,81	20,37
Total	739	18.071,86	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

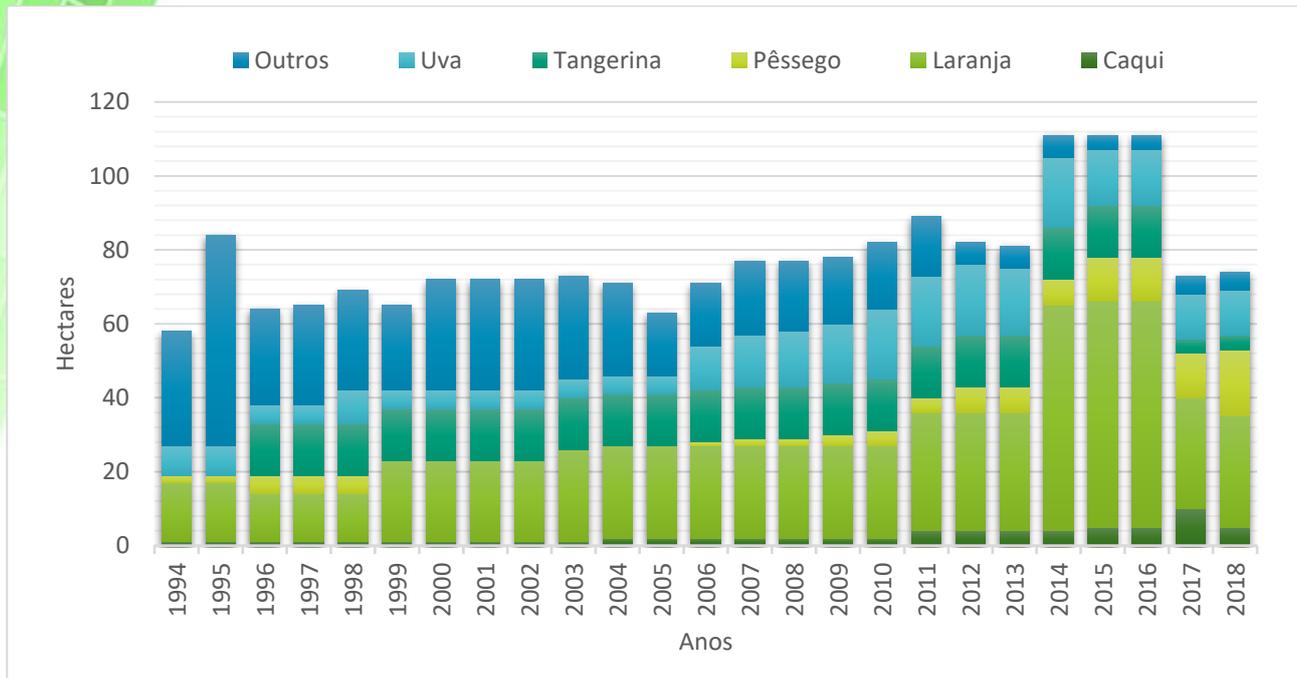
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 74 hectares para culturas perenes e 17.562 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 58 para 111 hectares no período 1994 - 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária tiveram uma oscilação da área colhida de 16.527 para 22.140 hectares.

Nas lavouras perenes observa-se a concentração na cultura de citros, mais especificamente na cultura da laranja, com evolução de 16 hectares em 1994 para 61 hectares na área colhida em 2014, 2015 e 2016. A partir de 2017 a cultura iniciou uma trajetória de redução de área, chegando em 2018 com uma área colhida de 30 hectares de laranja.

A segunda cultura perene, em área colhida, é o pêssigo, que contou em 2018 com cerca de 18 hectares colhidos. Destaca-se que essa cultura teve oscilações com crescimentos maiores nos últimos anos. A cultura da uva é a terceira cultura perene, em área colhida, alcançando 12 hectares em 2018, seguido por caqui e tangerina com área de 5 e 4 hectares, respectivamente, para o de 2018.

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

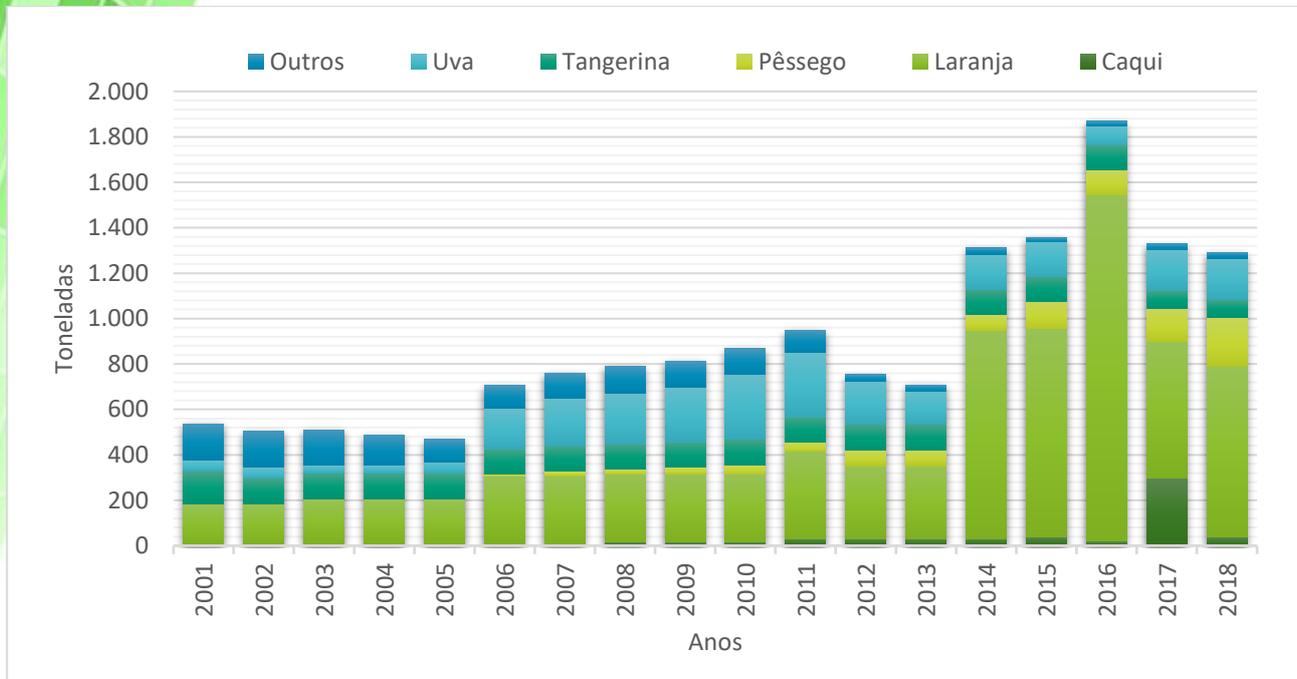
Na Figura 12 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a laranja, o pêssigo, a uva, a tangerina e o caqui compõem a principal massa produtiva em se tratando de culturas perenes.

Por se tratar da cultura mais relevante no município, denota-se que a produção de laranja chegou a alcançar 1.760 toneladas em 1999 e 2000, tendo decréscimos até retornar próximo a esse patamar em 2016, onde alcançou 1.525 toneladas, mas, em 2018 reduziu para cerca de 750 toneladas.

A produção de pêssigo, que em 2006 era praticamente inexistente, foi de 216 toneladas em 2018, mas em volume inferior ao verificado nos anos de 1996, 1997 e 1998, que foi de aproximadamente 300 toneladas.

A Figura 12 também permite observar que, após o ano de 2016, momento em que a produção da lavoura permanente chegou a 1,868 mil toneladas, houve uma redução considerável, que pode ser explicada principalmente pela redução na produção de laranja e caqui.

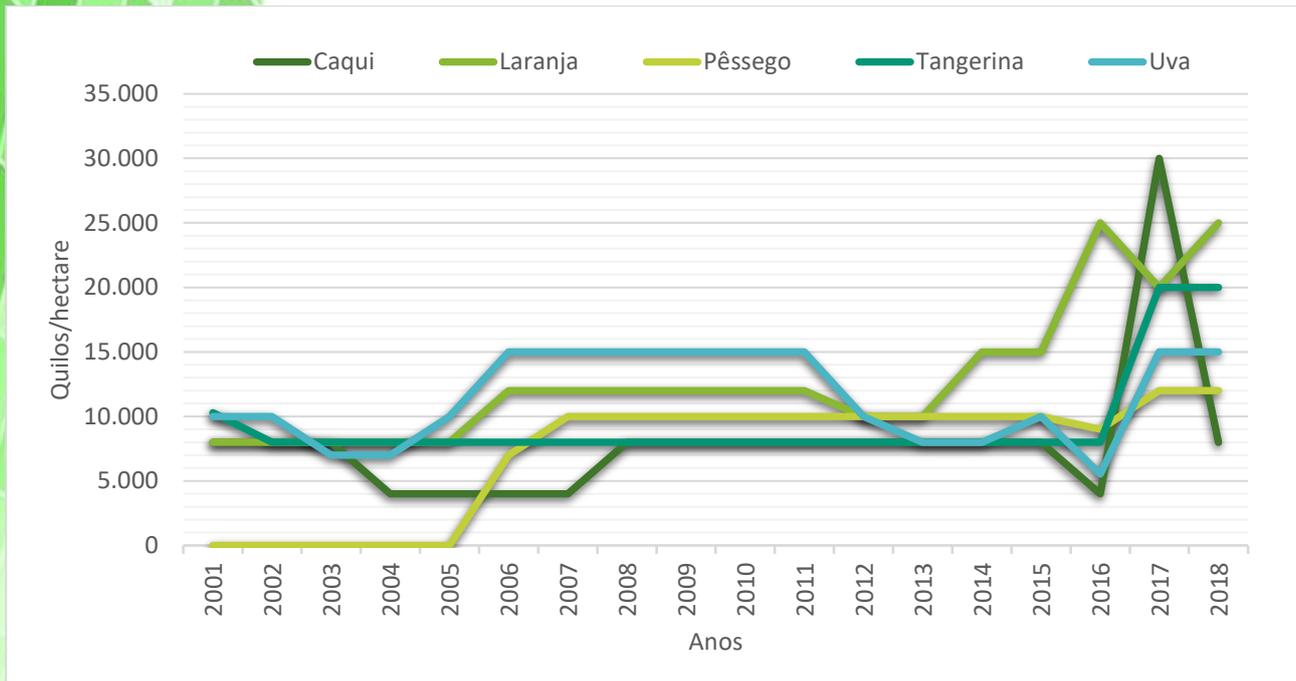
Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

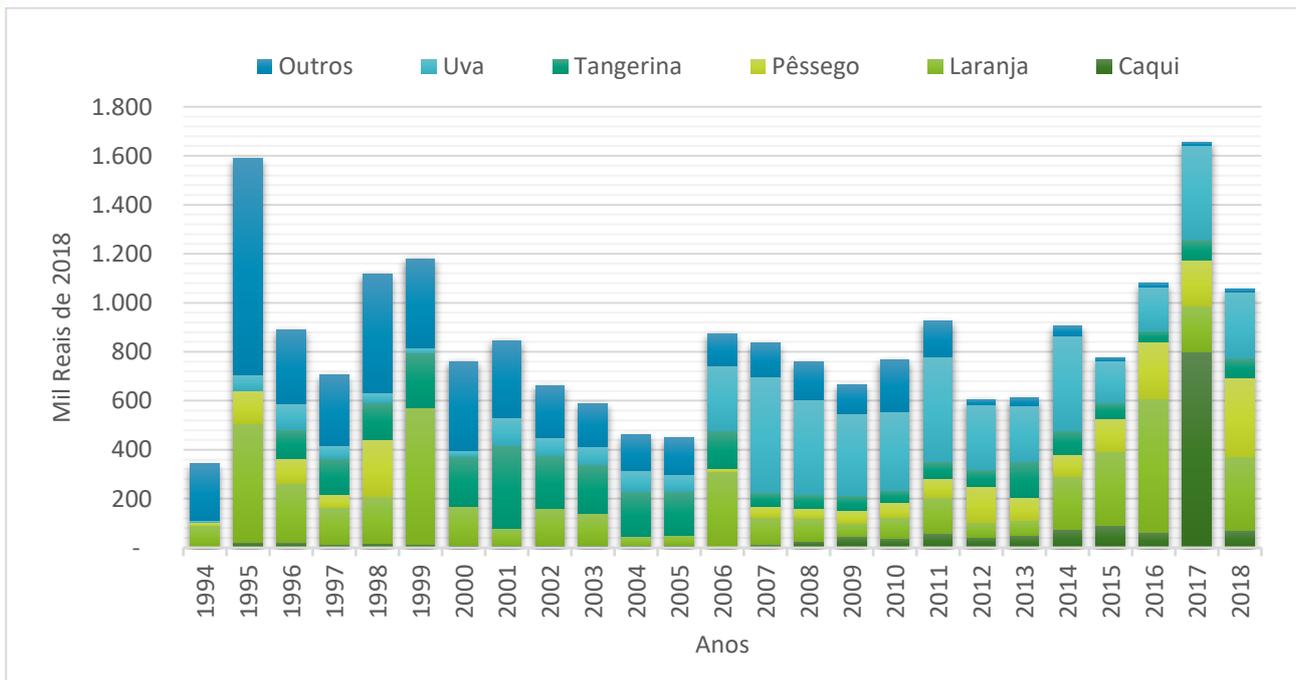
Na Figura 13 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a laranja e a tangerina apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Nos últimos anos de análise apresentam rendimentos superiores aos demais, sendo o de laranja de 25 toneladas por hectare e o de tangerina de 20 toneladas por hectare no ano de 2018.

Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



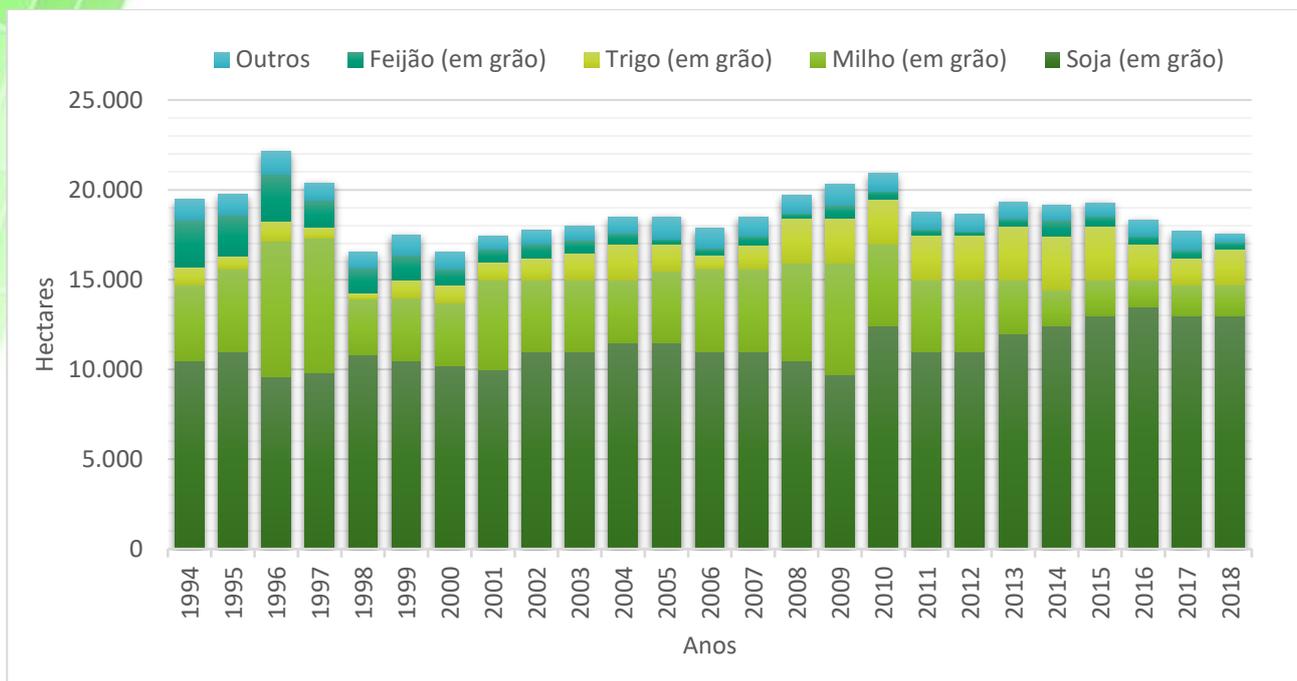
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Pode-se observar na Figura 14 o comportamento do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018. Neste sentido, destaca-se que o valor da produção, que já se aproximou dos R\$ 1,549 milhão em 2017, encerrou o ano de 2018 na casa dos R\$ 1,055

milhão. O valor da produção da laranja situou-se em R\$ 299 mil no último ano da série analisada, mas já foi de R\$ 512 mil em 2016, sendo no ano de 2018 superado pelo valor da produção de pêssigo que ficou em R\$ 324 mil (Figura 14).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 15 certa estabilidade na área das culturas analisadas. Sendo que as culturas de soja, trigo, milho e feijão são as principais culturas temporárias em área do município, respectivamente.

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

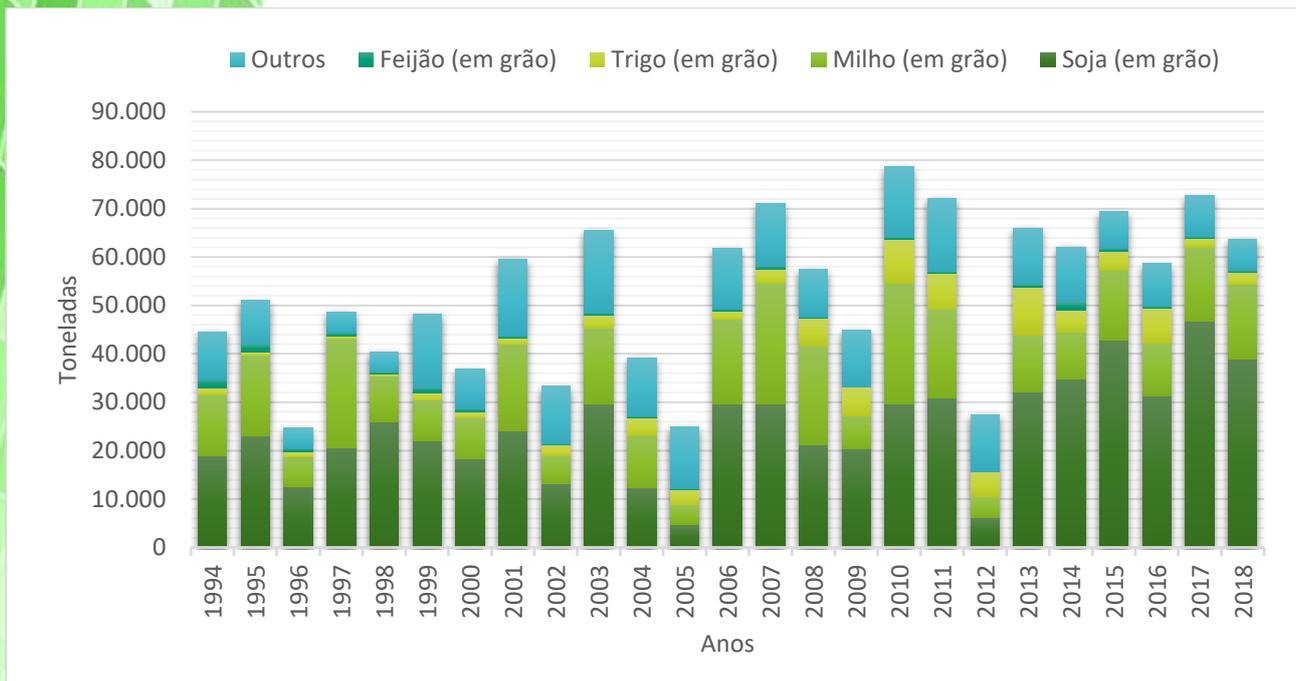


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Apresenta-se na Figura 16 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral.

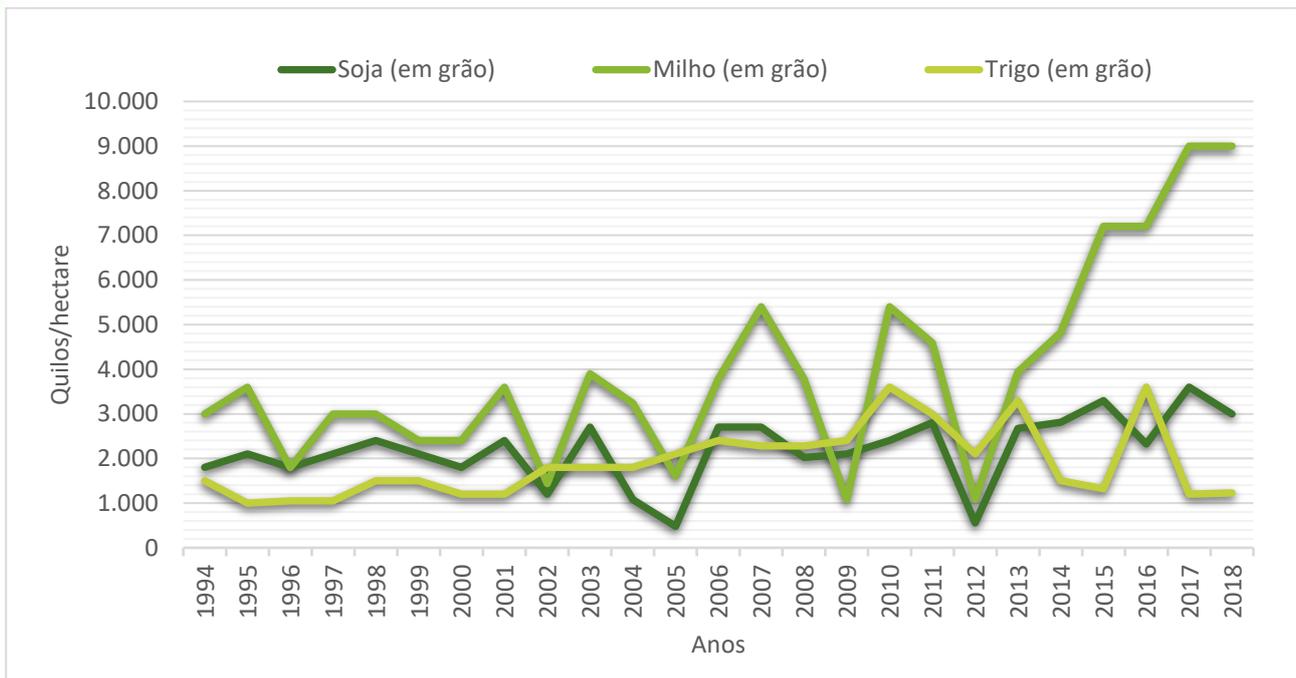
Na comparação entre os extremos, observa-se que as culturas que tiveram maior aumento da quantidade produzida foram soja e trigo, com aumento de 106,35% e 64,27%, respectivamente. A cultura do milho teve um aumento da produção de 21,43% de 1994 para 2018, enquanto que o feijão teve diminuída a sua quantidade produzida de 1994 a 2018 em 71,01%.

Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



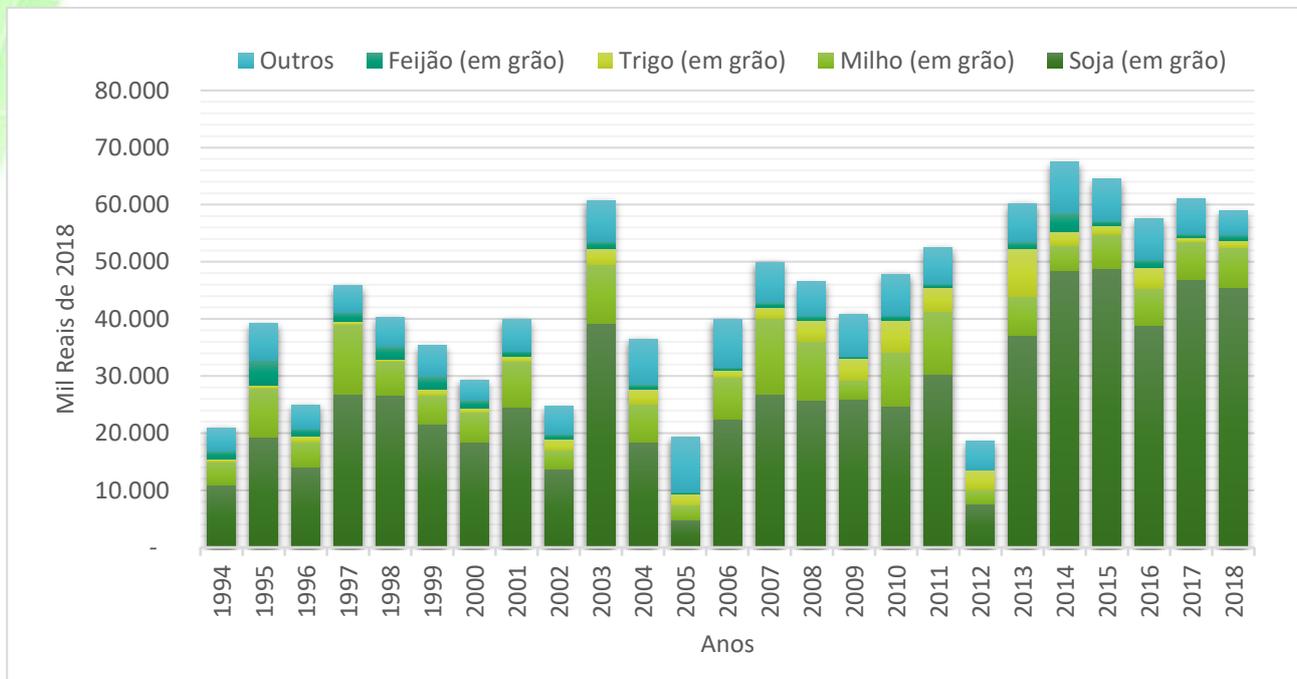
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na Figura 17 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura temporária no município. Neste sentido observa-se que a soja e o milho apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Tanto a soja quanto o milho apresentaram os maiores rendimentos médios

nos últimos anos. A soja, 3 toneladas por hectare em 2018 e o milho 9 toneladas por hectare em 2017 e 2018.

Em termos reais⁴⁴, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária alcançou, no ano de 2018, o seu maior valor (R\$ 58,88 milhões). Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano em R\$ 45,45 milhões, valor muito acima das demais culturas. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 7,01 milhões. Em seguida, trigo (R\$ 1,31 milhão) e feijão (R\$ 0,93 milhão) que também constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município no ano de 2018.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



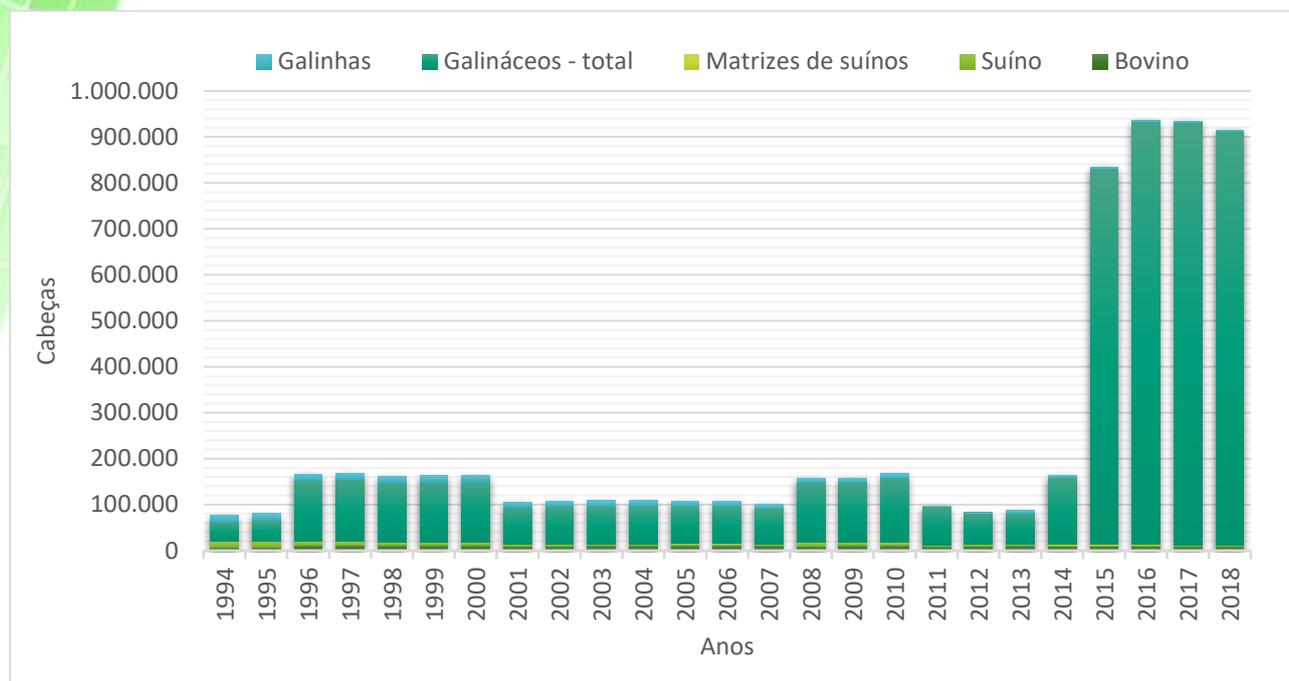
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 19 uma tendência de redução dos rebanhos nos últimos anos, principalmente a partir de 2014.

⁴⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁵ apresentou um crescimento substancial de 2.016% ao longo do período de 1994 a 2018, passando de 42,520 mil cabeças para 900 mil. Já na categoria galinhas⁶, o quantitativo passou de 14,420 mil animais no ano de 1994 para 2,180 mil em 2018. O rebanho suíno apresentou um decréscimo de 82,38% no período analisado, passando de 12,489 mil para 2,2 mil cabeças, nos anos de 1994 e 2018 respectivamente. O rebanho bovino apresentou um crescimento de 38,55% no período analisado, passando de 7,172 mil em 1994 para 9,937 mil cabeças em 2018.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

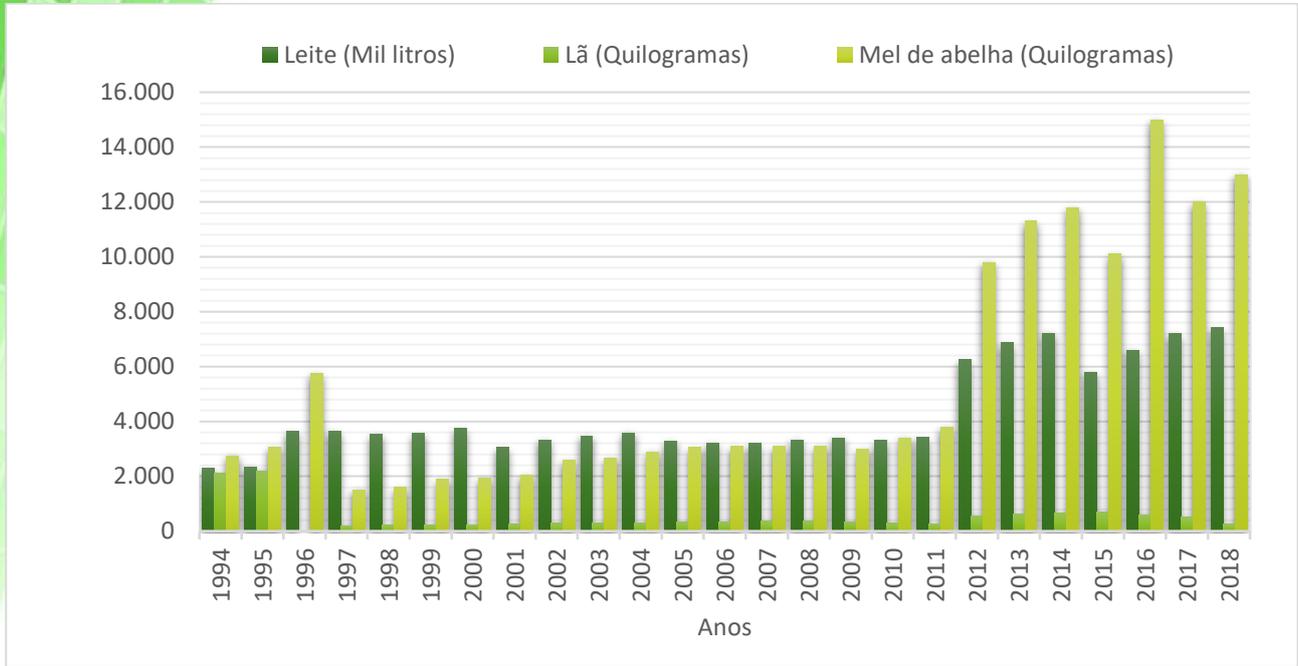
A partir da Figura 20 é possível observar que em 2012 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 7,42 milhões de litros de leite em 2018. A produção de mel no município teve aumento substanciais a partir de 2012, alcançando o pico no ano de 2016, com um volume de 15 mil quilos, frente aos 13 mil quilos de 2018. A produção de ovos apresentou

⁵ Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria “galinhas” engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

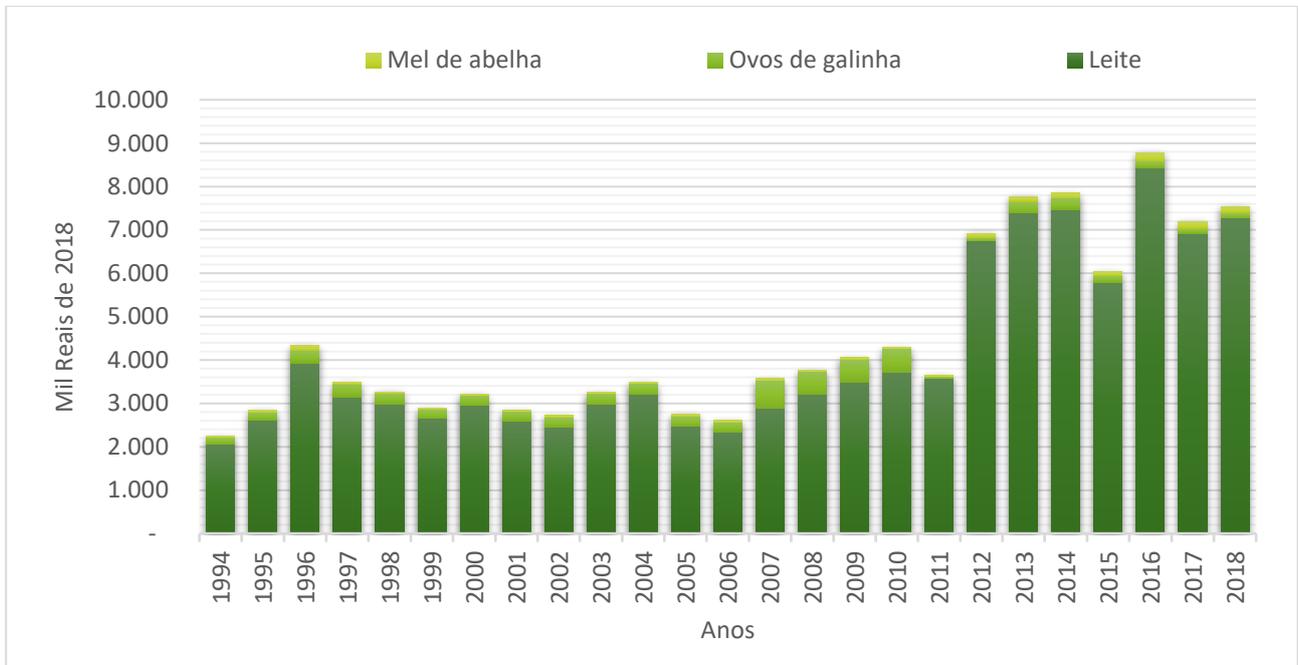
oscilações durante o período de análise, alcançando seu máximo em 2007 com 345 mil dúzias e o mínimo em 1994 com 23 mil dúzias e fechando 2018 com 126 mil dúzias.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

O rebanho leiteiro, conforme a Figura 21 é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, apresenta uma trajetória de crescimento com algumas oscilações, atingindo o pico em 2016 quando o valor da produção foi de R\$ 8,431 milhões fechando com um valor em 2018 de R\$ 7,272 milhões. Por sua vez, o valor real da produção de mel passou de R\$ 32 mil em 1994 para R\$ 143 mil em 2018, e no ano de 2016 apresentou valor de R\$ 192 mil, maior no período de análise.

Apesar das oscilações produtivas para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 2,247 milhões para R\$ 7,541 milhões entre 1994 e 2018.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

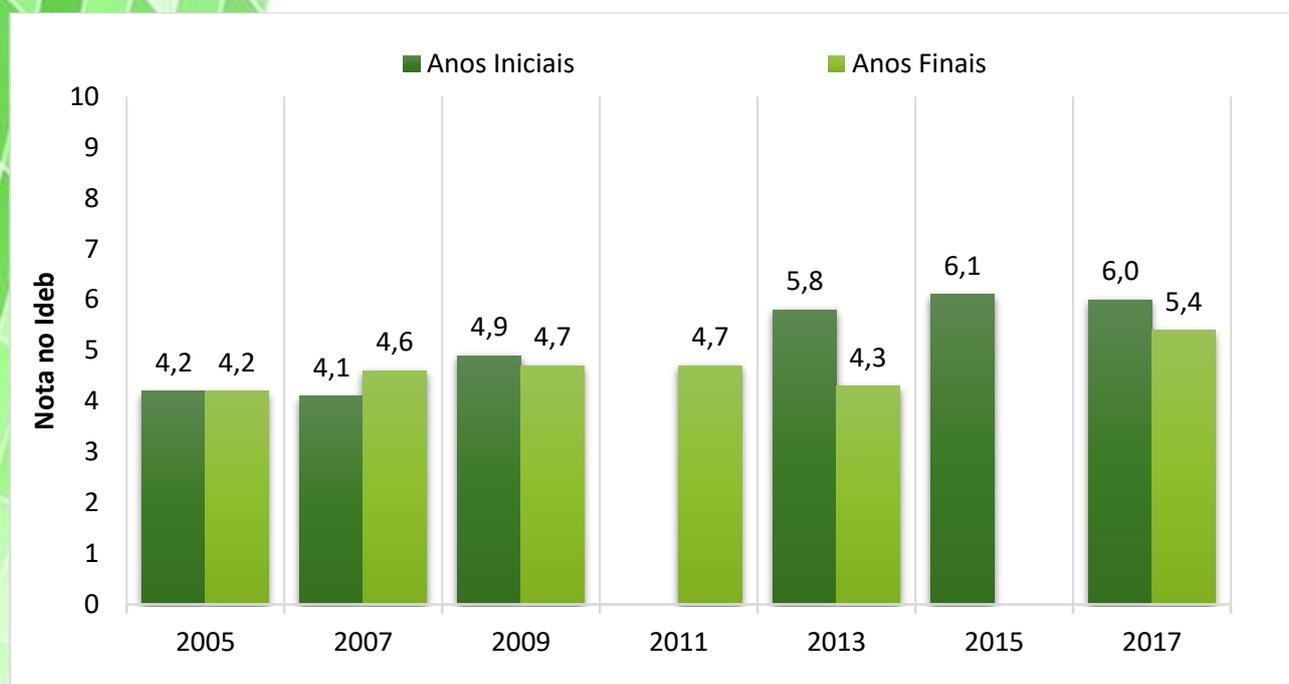
De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,9%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 757 matrículas no ensino fundamental e 182 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 67 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 24 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 8 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 22.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Trindade do Sul/RS: 2005 a 2017

⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

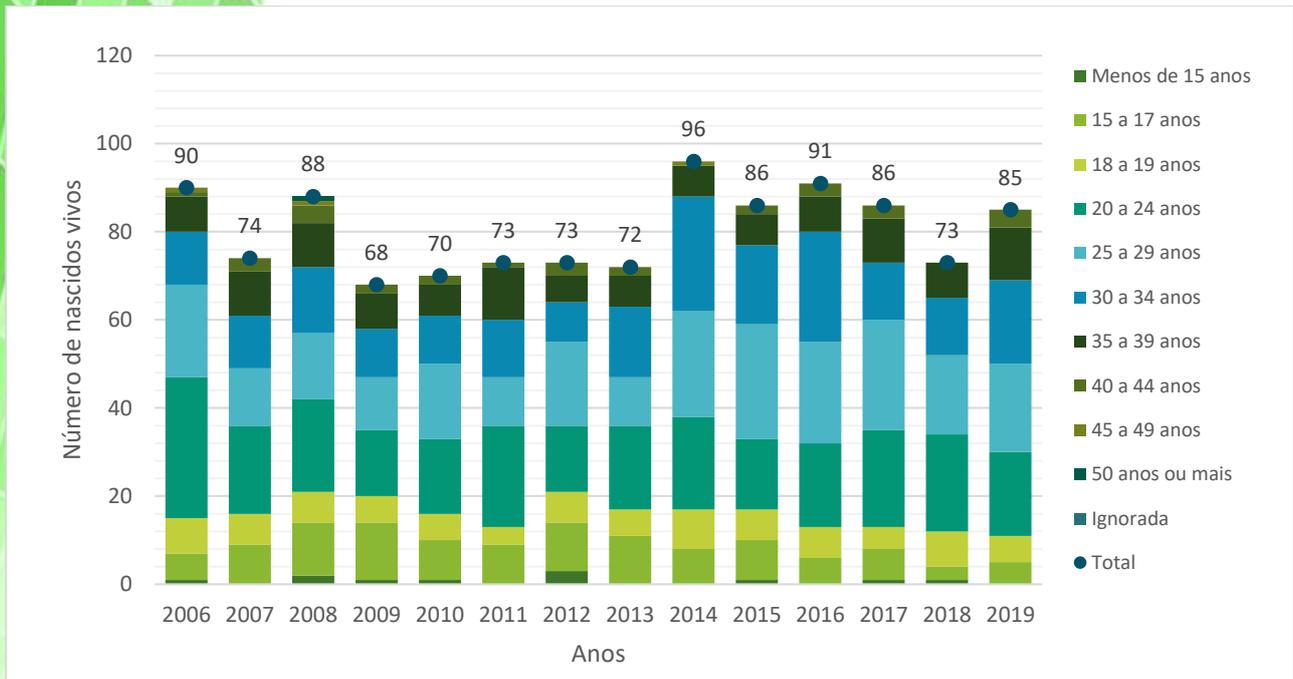
Neste sentido, percebe-se que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 6,1, caindo para 6,0 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, no ano de 2017, foi encontrado o índice mais alto (5,4), mas, em 2005 e 2013, o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 4,2 e 4,3, respectivamente.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com as estatísticas do IBGE (2020), o número de partos no município apresenta relativa estabilidade, com o número de partos oscilando entre 68 e 96 por ano. Em 2019 foram registrados 85 nascidos vivos, conforme é possível observar na Figura 23.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Trindade do Sul/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não foram registradas mortes infantis, enquanto que “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10.75 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 4.4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 46 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 783 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

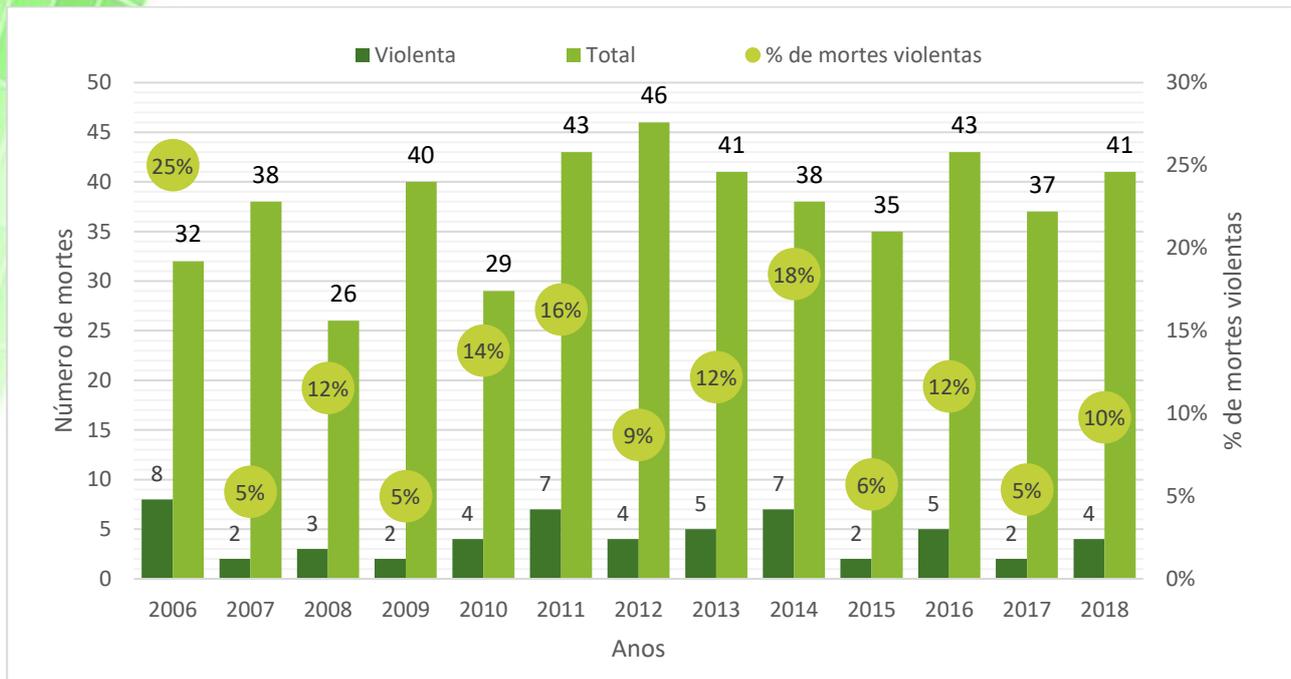
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 25% e 10%, respectivamente.

Em 2006 chegou a alcançar o patamar mais alto (25%), em contrapartida, em 2007, 2009 e 2017 decresceu ao patamar mais baixo (5%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2008 com 26 mortes, porém 12% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2012, com 46 mortes, sendo que 9% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 489 óbitos, dos quais 55 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Trindade do Sul/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 10% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município

consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

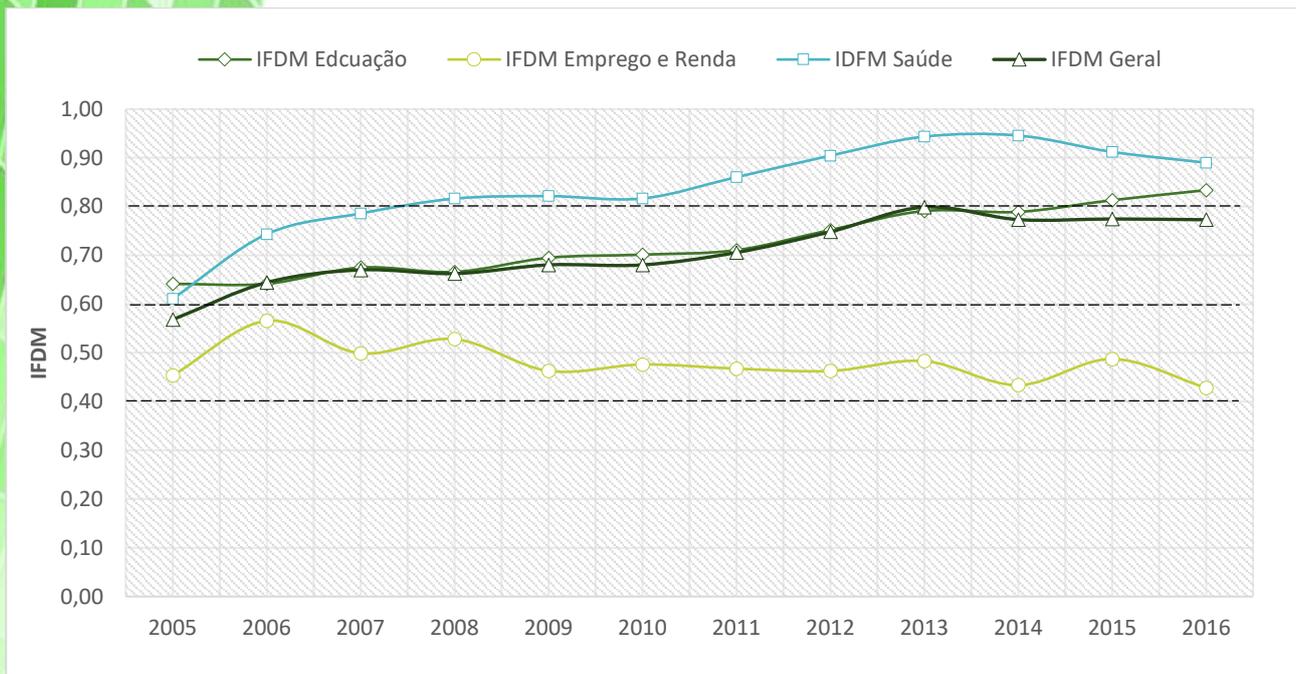
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, a área de saúde foi a que obteve os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. A área de educação teve um crescimento maior, tornando-se a segunda maior a partir de 2014. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, a partir de 2014, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,7066.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Três Palmeiras possui “26% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 23,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 361 de 497, 472 de 497 e 409 de 497, respectivamente. Já quando

comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3.298 de 5.570, 5.032 de 5.570 e 3.365 de 5.570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 26.841,70 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 18.071,87 hectares. Destes, cerca de 12,09% foram declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 13,18% como Reserva Legal e 77,66% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	26.841,70	
Número de imóveis rurais	739	
Área total dos imóveis rurais	18.071,87	67,33
Área média:	24,45	
Área mínima/máxima:	0,29 / 1.923,84	
APP	2.185,73	12,09
APP - Recomposição	66,86	0,37
Reserva Legal	2.382,24	13,18
Vegetação Nativa	3.171,39	17,55
Servidão Administrativa	75,90	0,42
Área Consolidada	14.034,38	77,66
Banhados	97,28	0,54
Número de Nascentes	200	0
Uso Restrito	32,12	0,18
Hidrografia	388,72	2,15
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	8.769,83	32,67

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 739 imóveis rurais, cerca de 74,02% mantêm APP, 20,16% declararam ter olho d'água, 82,68% tem reserva legal e 87,14 contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	547	2.252,59	192	74,02	25,98
Área Consolidada	714	14.034,38	25	96,62	3,38

Banhado	20	97,28	719	2,71	97,29
Hidrografia	518	351	221	70,09	29,91
Nascente olho d'água	149	0	590	20,16	79,84
Reserva Legal	611	2.382,24	128	82,68	17,32
Servidão Administrativa	250	75,9	489	33,83	66,17
Uso Restrito	10	32,12	729	1,35	98,65
Vegetação Nativa	644	3.171,39	95	87,14	12,86
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – TRINDADE DO SUL					
Número Total de I.R. :	739	18.071,87			
Área Total do Município:		26.841,70			
% Área declarada/Área Município:		67,33			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, "... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida." No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, "... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva".

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁸, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

⁸ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL (RS). Prefeitura. **Sobre o município**. 2020. Disponível em: https://www.trindadedosul.rs.gov.br/Sobre_o_munic%C3%ADpio. Acesso em: mai/2020.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.

SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.